

TRADUÇÃO | TRANSLATION

TRADUÇÃO: COLONIALISMO NA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA: UMA REVISÃO DE PROBLEMAS E PERSPECTIVAS^a

TRANSLATION: COLONIALISM IN HISTORICAL ARCHAEOLOGY. A REVIEW OF ISSUES AND PERSPECTIVES

Stephen W. Silliman^b

Tradução:

Christian Biggie^c

Louise Cardoso de Mello^d

a Título original: SILLIMAN, Stephen W. Colonialism in Historical Archaeology. A review of issues and perspectives. IN: ORSER, Charles; ZARANKIN, Andrés; FUNARI, Pedro Paulo; LAWRENCE, Susan; SYMONDS, James. *The Routledge Handbook of Global Historical Archaeology*. Oxon e Nova York: Routledge, 2020, p. 41-60.

b University of Massachusetts-Boston, Professor, Department of Anthropology. Email: Stephen.Silliman@umb.edu

c Tradutor e editor na Lexico Translations, pós-graduando em Tradução Audiovisual na Universidade Estácio de Sá. Email: christian.biggie@lexicotranslations.net

d Arqueóloga do Museu de Huelva (Espanha), candidata a doutora em História na Universidade Federal Fluminense, em cotutela com a Universidad Pablo de Olavide de Sevilha, com mestrado em História Indígena da América Latina (UPO). Email: louise_ribeiro@hotmail.com

RESUMO

Este artigo aborda o papel fundacional do colonialismo na arqueologia histórica. Seus objetivos incluem traçar os caminhos pelos quais o colonialismo tem estruturado as pesquisas e terminologias, tratar sobre as formas como tem sido abordado e negligenciado pela(o)s arqueóloga(o)s histórica(o)s, bem como refletir sobre a variedade de conceitos utilizados nesses estudos: contato cultural, colonialismo, pós-colonialismo, resistência, hibridismo, emaranhamento, persistência, "sobresistência" e etnogênese. Nesse sentido, o presente trabalho não só avalia os avanços analíticos e as limitações teóricas com respeito ao principal problema de pesquisa da arqueologia histórica do colonialismo – os povos indígenas –, mas também identifica diversas lacunas no que diz respeito às conexões mais que necessárias com a Diáspora Africana e os próprios colonizadores.

PALAVRAS-CHAVE

Colonialismo, pós-colonialismo, hibridismo, persistência, “sobresistência”, etnogênese.

ABSTRACT

This paper addresses the foundational role of colonialism in historical archaeology. It traces the ways that colonialism has structured research and terminology, the manner in which it has been approached or neglected by historical archaeologists, and the variety of concepts that have been utilized in such studies: culture contact, colonialism, postcolonialism, resistance, hybridity, entanglement, persistence, survivance, and ethnogenesis. The chapter not only evaluates these analytical developments and shortcomings with respect to the core focus of historical archaeologies of colonialism – Indigenous people – but also identifies several lacunae pertaining to necessary connections to the African Diaspora and colonizers themselves.

KEYWORDS

Colonialism, postcolonialism, hybridity, persistence, survivance, ethnogenesis.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

SILLIMAN. Stephen W. Colonialismo na Arqueologia Histórica: uma revisão de problemas e perspectivas. Cadernos do Lepaarq, v. XIX, n.37, p. 26-54, Jan-Jun. 2022.

O colonialismo é a base da arqueologia histórica. Em muitos lugares ao redor do mundo, sem importar como seja definido, o colonialismo estabelece o corpus da pesquisa, proporciona os temas, recorta períodos, orienta perspectivas, enquadra contextos políticos e - nas palavras de Orser (1996) - “assombra” o campo da disciplina. Na realidade, o colonialismo define a arqueologia histórica para a maioria de seus “praticantes”, mesmo que eles não o abordem explicitamente enquanto problema. Por que a “arqueologia histórica” é considerada como campo de estudo, em vez de apenas um tipo de arqueologia que, em termos gerais, trabalha com muitos períodos cronológicos, fazendo uso de fontes textuais, quando disponível? A resposta: porque a arqueologia histórica surgiu nos anos 1960 nos Estados Unidos e em outras nações colonizadas da América Latina, África, Austrália e do Pacífico como uma forma de distinguir seu objeto (principalmente histórias do processo colonial e seus agentes) e seu método (pesquisa auxiliada por fontes textuais) de seu homólogo mais proeminente e duradouro na “arqueologia pré-histórica”, voltada para as histórias indígenas até a expansão colonial.

Em um princípio, seria possível acreditar que definir todo um subcampo da arqueologia com base no contato e na colonização poderia garantir que arqueólogos(as) históricos(as) sempre prestassem atenção ao que o colonialismo é ou não é tanto no passado como no presente. No entanto, isso não aconteceu durante 25 anos desde a formação da Sociedade de Arqueologia Histórica nos Estados Unidos, em 1967. Com exceção de pesquisadore(a)s como Kathleen Deagan, Charles Cleland e James Deetz, muitas pessoas da arqueologia histórica que atuavam nesse efervescente campo tendiam a se concentrar em tudo menos nos povos indígenas que continuavam a existir para além de uma suposta “ruptura” marcada pela chegada de colonizadores e das fontes escritas. Essa tendência manteve o colonialismo à margem dos eixos de discussão como uma verdadeira âncora analítica na arqueologia histórica, relegando-o como um fator determinantemente neutro, até os anos que antecederam o Quinto Centenário Colombino nos EUA em 1992, isto é, o 400º aniversário do desembarque de Cristóvão Colombo no Caribe.

A década de 1990 supôs um importante avanço nos estudos arqueológicos das histórias indígenas dentro e através do processo colonial, abrangendo diversas regiões colonizadas das Américas, da Austrália, do Pacífico, e partes do continente africano (principalmente da África do Sul). Com o passar dos anos, os limites do paradigma da “aculturação” foram expostos (CUSICK, 1998b; LIGHTFOOT, 1995), a divisão entre pré-história-história recebeu fortes críticas (LIGHTFOOT, 1995), a ênfase em fronteiras e intercâmbios culturais se intensificou (LIGHTFOOT; MARTINEZ, 1995; LIGHTFOOT *et al*, 1998), e algumas lições dos estudos pós-coloniais e indígenas começaram a aparecer antes mesmo de que a própria literatura pós-colonial tivesse sido totalmente explorada (HALL, 2000; RUBERTONE, 2000; SCHRIRE, 1995). Esses importantes movimentos encorajaram pesquisas de arqueologia histórica do colonialismo a darem o devido peso ao “colonizado”, ampliando as compreensões das experiências históricas e culturais dos povos indígenas e deslocando as interpretações para fora dos antigos modelos de aculturação.

No entanto, o “devido peso” levou a um certo tipo de fixação sobre o colonizado, em vez de uma visão mais ampla do colonialismo e da indigeneidade. Isso teve três principais consequen-

ências. Primeiramente, a lenta aceitação do pensamento pós-colonial na arqueologia histórica fez com que pesquisadore(a)s escolhessem novas possibilidades pós-coloniais de interpretação do passado, mas sem se envolver totalmente com elementos para uma decolonização necessária no presente. Em segundo lugar, a ênfase no colonialismo como forma de melhorar as arqueologias históricas dos povos indígenas não teve um paralelo nas arqueologias da Diáspora Africana. Esses subcampos se desenvolveram por caminhos bastante separados desde o início da década de 1990 até aproximadamente a de 2010, em grande parte, devido às diferentes formas como o colonialismo (enquanto “contato cultural”) foi teorizado ou definido, bem como à manutenção de nichos de raça e etnia.

Por último, a fixação com o “colonizado” muitas vezes significava que muitas pessoas da arqueologia histórica continuavam a pesquisar sobre “o colonizador” com teorias menos engajadas com o colonialismo e com temas pouco alinhados com a decolonização. Ou talvez os(as) pesquisadore(a)s se sentissem mais confortáveis fazendo apenas uma arqueologia histórica “tradicional” com respeito ao colonizador (quiçá com menos teorizações), ou se contentavam em entender a colonização apenas como um evento com origens e significados históricos, em vez de olhar para o colonialismo real como um processo longo com manifestações presentes até hoje. Parte do processo de deslocamento do colonialismo com respeito ao eixo de preocupação da arqueologia histórica se reflete na mudança de seu papel como pilar, conforme tratado na síntese de Orser (1996), para ser mencionado meramente de passagem em sua revisão da arqueologia histórica quase 15 anos mais tarde (ORSER, 2010).

As arqueologias históricas do colonialismo têm se movido em direções interessantes desde o advento do novo milênio, ora sustentando esses enfoques, ora se desfazendo deles. Este estudo assume o desafio de revisar esse arco de trabalhos desde o ano 2000. Contudo, fazer isso de tal forma que, com sorte, resulte útil não requer necessariamente que nos concentremos em uma revisão de estudos de caso pelo mundo afora ou nos diversos temas que unificam e diversificam o foco da arqueologia histórica no colonialismo. Além de revisar a maioria das principais revistas científicas, que têm reunido trabalhos focados no colonialismo de forma regular, é possível consultar uma variedade de coleções editadas para entender um pouco mais dessa diversidade (CIPOLLA, 2013b; CIPOLLA; HAYES, 2015; FUNARI; SENATORE, 2015; LIEBMANN; MURPHY, 2010; LYONS; PAPADOPOULOS, 2002; MONTÓN-SUBÍAS; CRUZ BERROCAL, 2016; MURRAY, 2004; OLAND *et al.*, 2012; PANICH; SCHNEIDER, 2014; SCHEIBER; MITCHELL, 2010; SCHMIDT; MROZOWSKI, 2014; STEIN, 2005; VOSS; CASELLA, 2012). Ao contrário, o objetivo deste trabalho é abordar os debates e avanços das últimas duas décadas, especialmente algumas perspectivas que não receberam um capítulo próprio na seção de “Abordagens teóricas” do compêndio *The Routledge Handbook of Global Historical Archaeology* (ORSER *et al.*, 2020), bem como as áreas em que podemos esperar um maior desenvolvimento nos próximos anos.

CHEGANDO A UM ACORDO PARA COM O COLONIALISMO

O título desta seção deve ser levado em conta literalmente junto com sua conotação metafórica. Ao longo das últimas duas décadas, a arqueologia histórica do colonialismo tem dedicado um tempo considerável a tentar dissecar a terminologia adequada para defini-lo de uma forma analítica, política e historicamente satisfatória. As duas principais arenas de discussão foram: o fenômeno que estamos tentando estudar – o contato cultural, colonialismo, emaranhamento cultural, ou outro – e os tipos de processos culturais e políticos em curso para aqueles que se veem envolvidos neles – mudança/continuidade cultural, persistência, sobrevivência, etnogênese, diáspora, etc.

A primeira preocupação tem sido a definição do que arqueólogos(as) históricos(as) afirmam estudar e como essa definição se relaciona com questões mais amplas. À medida que o século XXI se aproximava, o *mot-du-jour* (termo de moda) para o estudo dos povos indígenas no contexto do contato cultural e colonial da era pós-colombina era o “contato cultural”, com o rótulo temporal correspondente do “período de contato”. Cusick (1998a) deu o passo ambicioso de invocar a necessidade de um maior número de estudos sobre contato cultural que pudessem incentivar arqueólogo(a)s histórico(a)s juntamente com aqueles que trabalham sobre questões como o encontro, o intercâmbio e o emaranhamento em tempos mais pretéritos. Alguns dos melhores trabalhos dessa era são exemplificados pelas abordagens de Deagan (1998, 2003) sobre o colonialismo espanhol em La Florida e no Caribe, e nos estudos de Lightfoot (1995, 2004; LIGHTFOOT *et al.*, 1998) na costa oeste da América do Norte. Este último projeto inovador conseguiu abandonar a bagagem da aculturação de seus predecessores na década de 1980, introduzindo a teoria prática no kit de ferramentas do(a)s arqueólogo(a)s histórico(a)s e chamando a atenção para a necessidade de abordagens arqueológicas diacrônicas, em diversas escalas e panregionais.

Cerca de cinco anos após o início do novo século, algumas das limitações interpretativas do rótulo de “contato cultural” começaram a se tornar visíveis (GOSDEN, 2004; HARRISON, 2002, 2004; LOREN, 2008; MURRAY, 2004; SILLIMAN, 2005). Essas limitações mantiveram muitas pessoas da arqueologia histórica - principalmente aquelas que apenas estavam surfando a onda do “período do contato” sem se engajarem teórica e politicamente como Lightfoot (1995) defendia – presas em alguns legados interpretativos dos antigos modelos de aculturação, desatualizados com as pesquisas de colegas da antropologia cultural que já haviam abandonado esse termo há muito tempo, e muito pouco alinhados com as críticas pós-coloniais já bem assentadas na antropologia e nos estudos culturais (ex.: BHABHA, 1985; HALL, 2000; THOMAS, 1991, 1994). Esse alinhamento insuficiente provinha diretamente de uma relutância em chamar esses encontros culturais pelo que eram: colonialismo. Isso permitiria um engajamento mais explícito com os processos em curso, tanto no passado como no presente, e suas implicações para questões e problemas contemporâneos (SILLIMAN, 2005).

O final da década viu como arqueólogos(as) - muitos da arqueologia histórica - engajavam-se diretamente com o pós-colonialismo (HABER, 2016; LIEBMANN; RIZVI, 2008; LYDON; RIZVI,

2010; Van DOMMELEN, 2006). Essa(e)s arqueólogo(a)s recorreram aos estudos culturais e à antropologia histórica, embora estivessem fazendo isso com certo atraso. A teoria pós-colonial proporcionou uma linguagem para segmentar as formas dicotômicas de conceitualizar o colonialismo no passado (ex.: colonizador/colonizado, europeus/povos originários), para avançar pensando no que significa atuar dentro ou entre categorias (ex.: hibridismo, terceiro espaço, mimetismo), e para melhor situar a agência em “projetos coloniais” (THOMAS, 1994) e não em “lados” monolíticos do colonialismo. No que diz respeito ao presente, esse(a)s arqueólogo(a)s orientado(a)s pelo pós-colonialismo também queriam expor e criticar as conexões entre o colonialismo do passado e o mundo colonial e neocolonial dos dias de hoje. Isso significava não só abordar os legados enviesados da linguagem e da classificação na prática contemporânea, mas também ouvir e criar espaço para pesquisadore(a)s que estavam escrevendo e falando contra o imperialismo e o colonialismo. Tal reconhecimento proporcionou mais espaço para novas vozes acadêmicas e políticas na arqueologia histórica e, igualmente importante, transformou o pensamento pós-colonial em direção à prática decolonial, inspirando-se na perspectiva e teoria indígenas desde uma lente designada como “pós-colonial” (ver BYRD, 2016; HABER, 2016).

No entanto, ainda não há consenso com respeito à terminologia. Um contraponto foi levantado ao considerar a mudança de “contato cultural” para “colonialismo” um exagero classificatório (JORDAN, 2009, 2010, 2014). Embora Jordan tenha concordado que o “contato cultural” devia desaparecer, ele sugeriu algo entre (ou em vez de) os primeiros momentos reais de contato e o colonialismo posterior que poderíamos facilmente identificar em retrospectiva. Inspirando-se em Alexander (1998), ele se referiu a esse processo como “emaranhamento cultural”. Com isso, ele buscava destacar a falta de finalidade e clareza do processo colonial, a autonomia indígena durante essas interações iniciais e o papel da economia política. Ao fazer isso, ele optou por tomar o ponto de vista dos agentes em seus respectivos tempos, em vez de se apoiar em resultados já conhecidos por arqueólogos(as) que olham para trás.

Embora os argumentos sobre a temporalidade e a economia política sejam astutos e tenham contribuído para uma crescente ênfase no emaranhamento como processo (ver abaixo), a noção de “emaranhamento cultural” como fase ou período não parece ter vingado. Em vez disso, muitos(as) pesquisadores(as) da arqueologia histórica se deslocaram para a terminologia do colonialismo – mesmo que adaptando-a para dar conta das questões acima mencionadas – em seus trabalhos comparativos, ou tomaram o importante passo de eliminar as armadilhas processuais dos períodos cronológicos e fazer referência apenas a datas do calendário para garantir que as análises sejam sobre cultura e não periodização (SCHEIBER; MITCHELL, 2010). Este último permitiu uma visão mais sofisticada das histórias indígenas de longo prazo que situam o colonialismo/contato em trajetórias culturais e históricas amplas, em vez de resumi-las ao ponto de inflexão prevalente da chegada europeia em suas terras natais. Essa mudança tem sido acompanhada de críticas renovadas, tão duras quanto relevantes, ao abismo entre a pré-história e a história (LIGHTFOOT, 1995; SCHMIDT; MROZOWSKI, 2014) e pela ênfase nas visões de “transconquista” (WERNKE, 2007). Dito isso, o número de arqueólogo(o)s na América do Norte e talvez em outros

lugares que continuam a se referir ao “período de contacto”, quando claramente estão se referindo a contextos profundamente coloniais, sugere que alguns desses refinamentos terminológicos e analíticos ainda não foram totalmente incorporados.

REFINANDO MODELOS INTERPRETATIVOS

Refinamentos notáveis na forma como interpretamos as experiências históricas daqueles que viveram e resistiram ao colonialismo têm acompanhado os entendimentos mais aprofundados do colonialismo na arqueologia histórica. Embora seja necessária certa cautela na definição desses “sobreviventes” (ex.: indígenas, colonizados, subalternos), é seguro afirmar que a maioria dos(as) pesquisadores(as) da arqueologia histórica que versaram seus estudos sobre o colonialismo (ou contato cultural ou emaranhamento cultural) enfatiza como as pessoas indígenas viveram o colonialismo e, quase sempre, conseguiram seguir adiante apesar de consideráveis perdas e desanimadores prognósticos. No entanto, a forma como os(as) arqueólogos(as) concebem essa ênfase e dão um giro em suas interpretações tem se diversificado nos últimos 20 anos graças a uma variedade de influências de práticas pós-coloniais e teorias indígenas, entre outras. Isso gerou conceitos contundentes como resistência, hibridismo, crioulização, emaranhamento, persistência, sobrevivência e etnogênese.

RESISTÊNCIA

Uma das adições mais bem acolhidas – embora sejam conceitos complexos – nas arqueologias históricas do colonialismo tem sido a “resistência”. Esse conceito veio acompanhado de outras concepções como uma forte ênfase na agência, uma cuidadosa consideração da intencionalidade e de que a dominação não é algo total ou final, a inclinação para reconhecer a preservação cultural como uma luta contra as probabilidades, bem como o reconhecimento da interseção entre raça, classe e gênero. O conceito de “resistência” se insere nas arqueologias históricas do colonialismo de formas bastante sutis, tomando emprestado parte das arqueologias históricas de classes e do trabalho que já tinham a resistência como elemento-chave desde o início da década de 1990 (PAYNTER; MCGUIRE, 1991), guiando as tendências historiográficas que têm destacado o conflito e a guerra na colonização das Américas, da Austrália e outros lugares.

Diante disso, a sutileza da adoção de “resistência” pelos estudos coloniais também contribui, em parte, à complexidade do termo. Noções de resistência frequentemente encontraram seu caminho em interpretações sem muita orientação teórica, o que levou a incertezas analíticas sobre se a resistência pode ser caracterizada como ativa ou passiva, intencional ou não, e organizada como atos cotidianos coletivos ou simplesmente individuais. Por mais que a resistência seja evidente e indiscutível em certos casos (ex.: rebeliões, sabotagens, greves), pode ser difícil

identificá-la em outras circunstâncias, especialmente quando se trata de contextos arqueológicos, embora possa ser relativamente fácil de projetá-la em qualquer lugar ou tempo. Mesmo nos casos mais emblemáticos de revoltas, como a Revolta dos Pueblo de 1680, o uso descuidado de “resistência” pode ofuscar – em vez de iluminar – as estratégias indígenas, bem como seus motivos e relações, conforme documenta Liebmann (2010, 2012). De modo geral, as reivindicações de resistência também contribuem para as narrativas de heroísmo por parte dos “oprimidos” pelo colonialismo, constituindo importantes antídotos à aculturação e à invisibilização daqueles que tentaram combater os discursos nacionais dominantes na história oficial. Ao mesmo tempo, essas reivindicações podem acabar simplificando as nuances da história e do colonialismo. Este ponto é constantemente ressaltado de forma bastante eloquente nos capítulos de Liebmann e Murphy (2010).

Para afinar ainda mais a aplicabilidade da noção de resistência, foi sugerido o uso do termo complementar de “residência” (SILLIMAN, 2014) para abordar as ações indígenas que nem sempre resistem expressamente, mas se esforçam por “se adaptar”, no sentido prático de Michel de Certeau, como parte da sobrevivência de comunidades e famílias (ver SHEPTAK *et al.*, 2010). Outros mantiveram o conceito de resistência em um espaço analítico útil, relacionando-o especificamente ao mimetismo social e ao hibridismo (PEZZAROSSO, 2014), à justaposição com estratégias sociais indígenas no interior da Califórnia (SCHNEIDER, 2016), ou à mobilidade como estratégia social e política na Amazônia (SILVA; NOELLI, 2015).

HIBRIDISMO

A palavra de ordem da teoria pós-colonial nas arqueologias históricas do colonialismo tem sido o hibridismo. Para melhor ou pior, hibridismo veio substituir o conceito de “crioulização”, que havia sido mais comum na arqueologia histórica até o início do século XXI (ex.: CUSICK, 2000; DAWDY, 2000; FERGUSON, 1992; LOREN, 2004; MULLINS; PAYNTER, 2000). Acentuando ainda mais esse declínio, Richard (2014, p. 45) sustenta trocar explicitamente “crioulização” por “hibridismo cultural”, embora não seja raro encontrar ambos os termos sendo usados de forma intercambiável (MROZOWSKI, 2010). VanValkenburgh (2013, figura 1) ilustra bem esse giro terminológico. Portanto, com base na acentuada crítica de Palmié (2006) e as conexões muitas vezes esguias realizadas entre crioulização e colonialismo, o termo crioulização não é mais usado neste trabalho.

Dentre as manifestações pós-coloniais, através da obra de Homi Bhabha e do linguista Mikhail Bahktin, o hibridismo oferecia relevantes formas de reconhecer a ambiguidade e a falta de finalidade nos projetos coloniais. Além disso, o hibridismo permitia enxergar um “terceiro espaço” entre classificações dicotômicas tanto no discurso como na prática, destacando a criatividade cultural e a subversão nas práticas coloniais de dominação, além de ajudar a distinguir entre mudanças intencionais e não intencionais nos mundos materiais e culturais, levando arqueólogo(a)s a reconsiderarem as origens e os significados dos objetos e práticas materiais. Ar-

gumentos robustos sobre o hibridismo, no âmbito das arqueologias do colonialismo, emergiram em discussões, por exemplo, sobre bonecas kachinas ou repatriação no Sudoeste Americano e nas Grandes Planícies (LIEBMANN, 2008, 2015), sobre adornos corporais no Sudeste dos EUA e na Nova Inglaterra (LOREN, 2013), o uso de cerâmica e camuflagem social na Nova Inglaterra indígena (PEZZAROSSO, 2014), assim como as complexidades da curadoria e classificação em museus (LOREN, 2015). Outros expandiram sobre a noção de hibridismo ao considerar os Métis do Canadá (BEAUDOIN, 2013, 2014; MOUSSETTE, 2003), a produção de cerâmica nos Andes (VANVALKENBURGH *et al.*, 2017) e na região maia (CARD, 2013a; HARRISON-BUCK *et al.*, 2013), bem como a política de vestimenta (HORNING, 2014; LOREN, 2013), a espacialidade e identidade nos Andes (WERNKE, 2010), entre outros (ver CARD, 2013b). Não há dúvidas de que esses usos apresentam formas inovadoras de interpretar objetos materiais, práticas culturais, identidades sociais e comunidades no contexto do colonialismo.

Contudo, o problema que arqueólogos(as) históricos(as) enfrentam hoje é que os usos da palavra e do conceito “hibridismo” têm se desviado de suas âncoras pós-coloniais nos últimos anos (SILLIMAN, 2015b; STOCKHAMMER, 2012, 2013). Algumas pessoas da arqueologia usam o hibridismo como se estivéssemos no século XIX para se referir à mistura biológica e cultural; algumas o definem como inovações que vêm de duas ou mais tradições culturais que entram em contato, enquanto outras se remetem às suas fundações na linguística e na crioulização ou se posicionam com uma teoria de agência pós-humanista de ator-rede. Muitas destas carecem totalmente de uma contextualização explícita no colonialismo. Mais do que isso, parte dos(as) arqueólogos(as) simplesmente começaram a usar “hibridismo” como uma simples descrição do encontro intercultural, da mistura ou fusão, em vez de tratá-lo como um conceito proveniente de uma teorização (ver PAPPA, 2013).

Como resultado disso, muitos(as) arqueólogos(as) que falam sobre hibridismo parecem tão perdidos quanto aqueles que falam de resistência; e a única esperança de clareza por parte de quem lê acontece apenas se o(a) pesquisador(a) se preocupa em especificar o que quer dizer por hibridismo. Em outras palavras, a palavra de ordem virou grito. Isso ajuda a explicar a transição de crioulização para hibridismo no meio arqueológico: alguns simplesmente o fazem como uma carta coringa para descrever a mistura cultural. Apesar da impressão (pessoal) de que o termo hibridismo já tenha se esgotado para as arqueologias históricas do colonialismo (SILLIMAN, 2015b), é possível permanecer otimista se considerarmos os benefícios teóricos por ele trazidos, quer optemos por continuar a nos referirmos ao “hibridismo” – posto que conta com uma base teórica – ou por mudar de perspectiva terminológica. Ênfases recentes na inovação (MROZOWSKI *et al.*, 2015) e na reorganização - *assembling* - (LAW PEZZAROSSO, 2014) em comunidades indígenas e suas práticas domésticas podem apresentar uma alternativa, como têm feito algumas perspectivas que combinam pós-colonialidade e pós-humanismo para dialogar com ontologias indígenas (MCANANY; BROWN, 2016). Alguns situam o hibridismo lado a lado com o emaranhamento, enquanto outros os contrapõem.

EMARANHAMENTO

O conceito de “emaranhamento” se encontra preso entre - ou emaranhado dentro de - seus potenciais papéis como teoria, método ou categoria analítica. Como resultado, o termo tem tido uma contribuição mista para as arqueologias históricas do colonialismo. O emaranhamento tem suas origens na antropologia do colonialismo com o relevante trabalho de Thomas (1991) sobre o encontro colonial e as formas como os objetos materiais foram submetidos à recontextualização. No entanto, apesar desse importante livro, que informou a arqueologia pós-colonial, a ideia de emaranhamento não se havia consolidado na arqueologia do colonialismo até pouco tempo (LAW PEZZAROSSO; SHEPTAK, 2019; ver revisão em SILLIMAN, 2016).

Como observado anteriormente, Alexander (1998) e Jordan (2009, 2014) assumiram a árdua tarefa de explorar os vários caminhos e perspectivas dos estudos de “contato cultural” para buscar generalizações sobre como eles podem ser compreendidos e classificados como “emaranhamento cultural”. Enquanto isso, outros têm considerado a ideia de emaranhamento antes como uma metáfora ou heurística (FORDE, 2016; MARTINDALE, 2009; STAHL, 2002). Já Dietler (1998, 2010) argumentou que “encontros de contato” são contextos em que as sociedades locais ou indígenas consumiram bens não nativos de maneira entrelaçada com suas próprias demandas e resistências socialmente relevantes sem serem incluídos dentro das “diversas assimetrias de poder” que caracterizam o colonialismo em toda sua forma (DIETLER, 2010, p. 53, 74). Stockhammer (2012, 2013) também defendeu o emaranhamento para substituir as conotações políticas e biológicas que impregnam o termo “hibridismo”, o que pode ser bom se for possível esclarecer seu papel como modelo, metáfora ou método, bem como sua relação, se houver, com a teoria de emaranhamento de Hodder (2012).

PERSISTÊNCIA E SOBRESISTÊNCIA

Conforme os modelos interpretativos acima foram revelando algumas fraquezas, algumas pessoas da arqueologia histórica se voltaram para outras formas de refletir sobre os aspectos indígenas do colonialismo. Esses enquadramentos, antes de serem posições teóricas por si só, têm focado as comunidades e práticas indígenas, suas conexões entre o passado e o presente, além de buscar construir uma perspectiva a partir de seus pontos de vista. Outras conceituações certamente surgirão, mas, por ora, vale destacar as ideias de persistência e sobresistência.

A persistência dificilmente pode ser reivindicada como uma teoria, mas quando associada à teoria da prática, às perspectivas indígenas ou a outras bases teóricas sólidas, ela leva a uma mudança bastante radical na forma como as questões são formuladas. Conforme desenvolvido brevemente por Silliman (2009), o conceito de persistência exige, sobretudo, reconsiderar o que é que nos faz perguntar se algo ou alguém mudou ou permaneceu igual. Considerando as noções ainda muito presentes de aculturação e os critérios ambíguos aplicados aos colonizadores

e colonizados, refletir sobre os contextos coloniais e a resistência das comunidades indígenas e práticas culturais ajuda a deixar de indagar se uma comunidade ainda existente mudou e quanto, para se perguntar como ela persistiu, o que torna possível até mesmo fazer outras perguntas sobre mudanças ou continuidades. Conforme outros especialistas têm inferido, como Mrozowski *et al.* (2009) e, em especial, Panich (2013), as arqueologias da persistência nos permitem ver mudanças nas continuidades e continuidades nas mudanças (FERRIS, 2009; PEZZAROSSO, 2019), situando o colonialismo nas histórias indígenas de longo prazo (SALLUM; NOELLI, 2020; SCHEIBER; MITCHELL, 2010; SCHNEIDER, 2016), e tornar a arqueologia mais relevante para as comunidades descendentes. O perigo acontece quando a noção de persistência se converge apenas com a de continuidade (na dicotomia continuidade-mudança) em vez de problematizá-la, ou quando ela vem a representar algo essencializado e atemporal.

Ainda mais do que a persistência, a "sobresistência" (*survivance*) tem uma perspectiva indígena única sobre as formas de compreender a persistência e a sobrevivência no contexto do colonialismo, como seu nome sutilmente evoca. Embora apareça associado, primeiramente, ao teórico social francês, Jacques Derrida, o conceito de "sobresistência" tem se consolidado no âmbito dos estudos culturais, da literatura e, em última análise, da antropologia através de Gerald Vizenor (ex.: 1998, 2008), relevante acadêmico e escritor Anishinaabe nos campos da Literatura e Estudos Indígenas Norte-americanos. Segundo ele, "sobresistência" (*survivance*) "é mais do que sobrevivência, é mais do que resistência ou mera resposta... Sobresistência é um repúdio ativo à dominação, à tragédia e à vitimização" (VIZENOR, 1998, p. 15). Apesar de serem vitimizados por agentes e processos coloniais, muitos povos indígenas não querem que sua existência seja resumida apenas ou principalmente à vitimização, e com certeza, nem sempre em referência à condição de colonizados.

Dependendo do uso que lhe é dado, "sobresistência" pode, por um lado, permitir o hibridismo, como uma mistura de novas e antigas materialidades culturais sem invocar ideias problemáticas de autenticidade cultural, mas por outro, também pode negar o hibridismo, quando este implica uma simples mistura de formas anteriores para produzir algo que não é nem novo, nem velho. Algumas arqueologias históricas do colonialismo têm se aproveitado dos benefícios teóricos da noção de "sobresistência" (ATALAY, 2006; COLWELL & MONTGOMERY, 2019; GONZALEZ *et al.*, 2018; HANDSMAN, 2018; LIGHTFOOT; GONZALEZ, 2018; SHEPTAK, 2019; SILLIMAN, 2014), mas ainda carece de tração.

ETNOGÊNESE

Um último conceito-chave empregado nas arqueologias históricas do colonialismo é o de etnogênese ou o surgimento de novas identidades étnicas através da transformação. Apesar de suas origens epistemológicas se remeterem ao século dezenove, consolidando-se na antropologia nas décadas de 1960 e 1970 com trabalhos influentes nos anos 1990 (HILL, 1996), a etnogênese

tem aplicações relativamente novas na arqueologia histórica, iniciando em meados da década de 2000 (CIPOLLA, 2012a, 2012b, 2013; HILL, 2013; SOJANOWSKI, 2005, 2010; VOSS, 2005, 2008a, 2015; WEIK, 2009, 2014; WEISMAN, 2007; HU, 2013).

Entre seus principais proponentes, Barbara Voss (2005, 2008a) usou a etnogênese de uma maneira sofisticada e clara para discutir a ascensão dos Califórnicos como identidade social e política na Califórnia colonial do século XVIII e XIX. Ao mesmo tempo, Voss (2015) manteve um olhar crítico sobre a tendência do conceito de se transformar em interpretações que almejassem “resolver” contradições na mudança/continuidade ou que o vissem como um componente da persistência cultural. Com razão, ela critica a sua utilização descuidada e apela à sua aplicação apenas nos casos em que a identidade étnica seja um fator-chave e em que haja indícios de transformação dessas identidades étnicas (VOSS, 2015, p. 658). A etnogênese não se trata de qualquer e todas as identidades em jogo, ou de encapsular todos os mecanismos de mudança identitária. De fato, a etnogênese não costuma se referir à persistência, mas sim a uma ruptura intencional. Além disso, a etnogênese não se restringe aos casos de colonizados ou subalternos, como Voss (2005, 2008a) articula claramente em seus estudos arqueológicos e em suas tentativas de chamar atenção para as políticas de poder que podem fazer parte da etnogênese (VOSS, 2015).

Porque a etnogênese não se aplica a todo e qualquer caso, ela tem sido (e deve ser) utilizada com moderação. Porém, um caso em que foi muito bem empregada foi no processo de consolidação dos indígenas Brothertown na Nova Inglaterra no final do século XVIII e sua dispersão para Nova York e, mais tarde, Wisconsin (CIPOLLA, 2012a, 2013). Indivíduos de várias comunidades do sul da Nova Inglaterra deixaram seus territórios originários no que se tornou uma tentativa coletiva bem-sucedida de se reinventar em um novo lugar como indígenas cristãos com uma nova identidade étnica, distinta das comunidades que deixaram atrás. Por meio de uma análise cuidadosa dos topônimos e etnônimos em documentos textuais, da sinalização de enterramentos e da cultura material, Cipolla (2012a, 2012b, 2013) construiu uma astuta interpretação arqueológica da etnogênese para essa comunidade indígena norte-americana no contexto do colonialismo.

EM RESUMO

Esta sinopse dos instrumentos terminológicos e conceituais das arqueologias históricas do colonialismo nos leva a três conclusões sobre o estado da arte de nossos modelos interpretativos. Primeiramente, esses diversos termos não significam simplesmente o mesmo que “mistura cultural”, “mudança cultural” ou outras concepções mais genéricas. Se utilizados dessa forma, eles funcionam como meros descritores – para o que já existe uma linguagem menos técnica –, de modo que devem ser evitados, exceto quando usados como metáforas básicas na escrita arqueológica. Em segundo lugar, esses termos não são sinônimos. Às vezes eles podem se referir a processos ou situações semelhantes, mas em outros contextos eles destacam diferentes estratégias, táticas, resultados ou parâmetros das histórias que almejam explicar. Além disso, esses termos

possuem distintas linhagens, pontos de referência e bases teóricas que são importantes. Alternar entre eles em uma interpretação – ora hibridismo, ora emaranhamento, ora fusão cultural – complica em vez de esclarecer (ex.: EWEN, 2000). Por último, para funcionar como marcos analíticos ou modelos interpretativos, esses termos precisam ser definidos e especificados, e não citados casualmente. Se alguém deseja usar o conceito de hibridismo ou emaranhamento, é necessário esclarecer de qual hibridismo (em seu uso pós-colonial, teoria ator-rede, biológico, linguístico) ou de qual emaranhamento se trata (em seu significado cultural, colonial, teoria sobre as coisas de Hodder), para que o leitor possa avaliar os potenciais e os problemas dessa interpretação particular. Também é interessante que arqueólogos(as) distingam porque escolhem, por exemplo, o hibridismo no lugar da persistência, a etnogênese no lugar da crioulização, a “sobresistência” no lugar da resistência. Isso afina o campo interpretativo, trazendo uma clareza que costuma estar ausente nas arqueologias históricas do colonialismo.

LACUNAS E PONTES

Até agora, esta revisão deveria revelar que as arqueologias históricas do colonialismo estão bem vivas e que muitos avanços teóricos e analíticos foram feitos. Qualquer levantamento dos resumos de artigos da Sociedade de Arqueologia Histórica, ou mesmo das reuniões anuais da Sociedade de Arqueologia Americana nos últimos 15 anos demonstraria ainda mais o crescimento desse campo de estudo, principalmente com pesquisas que enfatizam os efeitos do colonialismo sobre os povos indígenas e as formas como “os colonizados” vivenciaram esses efeitos e, em muitos casos, sobreviveram a eles. Entretanto, após duas décadas do século XXI nos deparamos com algumas lacunas que devem ser abordadas e pontes que precisam ser construídas em nossos estudos e representações do colonialismo.

CONEXÕES COM A DIÁSPORA AFRICANA

Uma das lacunas mais evidentes na arqueologia do colonialismo é a que existe entre estudos sobre os povos nativos norte-americanos e outros povos indígenas no contexto do colonialismo (no âmbito tradicional dos estudos de “contacto cultural”) e estudos da Diáspora Africana. Tradicionalmente, ambos os casos têm sido vistos como dois tipos diferentes de populações e experiências históricas: uma diz respeito à colonização e remoção de povos indígenas de seus territórios originários, e a outra versa sobre a escravização e a diáspora de povos africanos desde o outro lado do Atlântico. Porém, essa divisão pode ser muito problemática quando as fronteiras viram trincheiras. Sem dúvida, há grandes diferenças que não devem ser minimizadas ou ignoradas; por exemplo, as teorias e experiências da Diáspora Africana e da indigeneidade têm origens e trajetórias distintas e únicas.

No entanto, um ponto-chave de interseção entre esses dois campos de pesquisa é o colonialismo em si. O colonialismo é o processo que instala não só os europeus nos territórios originários dos povos nativos dos EUA, das primeiras nações canadenses, dos aborígenes australianos e das ilhas do Pacífico, mas também na África. O colonialismo (e capitalismo) é a máquina que conduz a extração de recursos e seres humanos em todos os lugares onde os europeus se estabeleceram, embora com diferentes intensidades e temporalidades, dependendo dos colonizadores e da época.

Então, por que arqueólogos(as) históricos(as) frequentemente tratam o colonialismo como se fosse uma moeda de dois lados, que ao ser arremessada, só pode ter dois resultados: colonizado/indígena (cara) ou colonizador/europeu (Coroa)? E por que não um terceiro lado, um componente igualmente fundamental, muitas vezes ignorado nos estudos coloniais, como podem ser os povos afrodiáspóricos que foram colonizados na África e extraídos de suas terras por colonizadores, para vir a servir involuntariamente como parte da frente de colonização europeia como trabalhadores cativos em territórios indígenas? Onde eles se encaixam nos “estudos coloniais”? Como suas contribuições culturais são observáveis quando arqueólogos(as) históricos(as) aderem à dicotomia clássica do nativo-europeu para classificar e interpretar objetos, a arquitetura e as práticas? Como vemos interseções e experiências potencialmente compartilhadas?

Uma maneira de dissolver algumas dessas divisões é olhando para o trabalho, um mundo compartilhado por muitos povos indígenas e afrodiáspóricos no contexto do colonialismo. É verdade que a experiência destes últimos está muito mais associada à escravidão enquanto elemento definidor, mas os primeiros também experimentaram formas de cativeiro, servidão e escravização, muitas vezes, lado a lado com afrodescendentes. As pessoas da arqueologia histórica precisam passar mais tempo buscando esses pontos de interseção no mundo do trabalho, especialmente porque o trabalho não tem sido muito o foco analítico para a maioria de arqueólogos(as) históricos(as) que trabalham sobre questões indígenas nos EUA e suas interseções com questões afrodiáspóricas (com exceção de HAYES, 2013; KULSTAD-GONZÁLEZ, 2015; LIGHTFOOT, 2004; RODRÍGUEZ-ALEGRÍA *et al.*, 2015; SILLIMAN, 2004, 2006, 2010; VOSS, 2008b).

Da mesma forma, os povos indígenas e afrodiáspóricas compartilham outra experiência que provém diretamente do colonialismo e se alimenta dele: a supremacia branca e o racismo. Estas constituem tanto realidades históricas como características salientes do mundo atual contra as quais os descendentes desses processos coloniais continuam lutando. Arqueólogos(as) da Diáspora Africana fizeram contribuições substanciais em questões de raça e racismo (BATTLE-BAPTISTE, 2011; MATTHEWS; MCGOVERN, 2015), e mais conversas sobre esses vínculos compartilhados podem beneficiar a arqueologia histórica focada no colonialismo de forma mais ampla (BATTLE-BAPTISTE, 2010). E se essas conversas ajudarem a arqueologia histórica a enfrentar a supremacia branca e o racismo, então estamos fazendo o tipo certo de avanço intelectual e político.

Só que os povos indígenas e os descendentes da diáspora africana não compartilharam apenas as experiências do colonialismo e do trabalho em um sentido analítico, comparativo ou mais abstrato. Eles muitas vezes as compartilharam juntos em família, como casais, entre comunidades,

e mais ainda, naqueles indivíduos com dupla ascendência. Até recentemente, esses tipos de interseções foram desatendidos pelas arqueologias do colonialismo. Mas a maré está mudando; graças, em grande parte, aos trabalhos nas áreas dos estudos e história indígenas (ex.: TAYAC, 2009). Por exemplo, a Nova Inglaterra e a zona mais extensa do Nordeste dos EUA oferecem um contexto repleto de complexas interseções nativo-americanas e afro-americanas, que estão começando a ser examinadas em maior profundidade e reconhecidas por sua relevância cultural, política e racial (HANDSMAN, 2015; HAYES, 2013; MANCINI, 2015). Além desses casos nos mundos da emancipação, estão aqueles que analisam o quilombismo, particularmente no Brasil (FUNARI, 2006) e no Leste dos Estados Unidos (SAYERS, 2014; WEIK, 2009). Complicando ainda mais a história dessas experiências compartilhadas em contextos mais equiparáveis, como as famílias interétnicas em terras indígenas na Nova Inglaterra, estão as situações no Sul dos Estados Unidos das elites Cherokee, Creek, Choctaw e Chickasaw que possuíam, compravam e vendiam escravizados negros (KRAUTTHAMER, 2013; NAYLOR, 2008). Tudo isso exige a atenção de mais arqueólogos(as) históricos(as) no futuro, tanto dos(as) que trabalham sobre “colonialismo” quanto dos(as) que trabalham sobre “Diáspora Africana”. Há muito em jogo para a história, cultura, identidade, raça e cidadania para fazer o contrário.

Expandir o escopo do colonialismo e de seus agentes e reagentes para incluir populações afrodiaspóricas também dará a ênfase necessária a conceitos e termos que arqueólogos(as) históricos(as) mobilizam para o estudo dos povos indígenas. Quais desses conceitos se aplicam aos grupos afrodiaspóricos? A etnogênese tem sido usada, especialmente, para comunidades de quilombos de escravizados foragidos e suas relações com comunidades nativo-americanas (WEIK, 2009, 2014), mas não é um marco de referência particularmente comum. E quanto à "sobresistência" ou persistência? Como os(as) arqueólogos(as) deveriam articular esses conceitos de forma semelhante ou distinta em grupos que lutam contra a dominação europeia/branca? Ou será que deveriam fazê-lo no caso de um conceito especificamente indígena como a “sobresistência”? Onde entraria o emaranhamento? Certamente, não haveria casos de “emaranhamento cultural”, pois, a Diáspora Africana resulta diretamente do colonialismo e da escravização, mas e outros tipos de emaranhamentos, por exemplo, material, familiar ou econômico? Ou será que esse termo parece um pouco neutro demais para descrever as experiências de pessoas negras em colônias de brancos? O "contacto cultural" nunca foi um termo útil para além das considerações sobre aculturação de Melville Herskovits (ver discussão em SILLIMAN, 2005, p. 64–65). Por último, e o hibridismo, que foi desenvolvido especificamente nos contextos pós-coloniais da Índia e, logo, aplicada em todo o mundo? Até agora, estudiosos escolheram usar crioulização em vez de hibridismo para os contextos da Diáspora Africana, em grande parte, porque a crioulização tem raízes nos contextos afro-caribenho e latino-americano. Por outro lado, ao longo dos anos 1990 e 2000, algumas das expansões teóricas e geográficas do conceito de crioulização - ou o que pode ser considerado usos em excesso e universalizações - causaram certo alarme.

COLONIALISMO E COLONIZADORES

É seguro dizer que a autodefinida arqueologia histórica do colonialismo tem mantido seu foco primário nos povos indígenas que enfrentaram doenças, pessoas, objetos, alimentos e processos coloniais. Em grande parte, isso se deve à longa história de interesses pelo "contato cultural", "período de contato" e "proto-história" entre arqueólogos(as) que procuravam uma marca da arqueologia histórica para desenvolver o estudo das populações indígenas para além da "pré-história" tradicional. No entanto, isso não oferece nem um quadro completo do colonialismo, nem mesmo um reconhecimento pleno dos problemas de pesquisa de arqueólogos(as) históricos(as). A consideração de questões da Diáspora Africana proporciona uma dessas melhorias, da mesma forma que uma maior ênfase sobre aspectos dos colonizadores nos projetos coloniais em geral.

Voltemos às consequências referidas anteriormente. A maioria dos termos e conceitos resumidos acima - e as preocupações com toda sua bagagem e significados - tem sido aplicada quase exclusivamente para interpretar os colonizados, subalternos e indígenas. Isso acontece por uma boa razão, pois precisamos refletir criticamente por meio desses conceitos e termos, tendo em vista a importância dos resultados e da representatividade para as comunidades que vivem e vivenciam em mundos coloniais. Aqueles que do outro lado do colonialismo passaram séculos sendo mal representados, e essas deturpações têm embasado amplas políticas estatais de opressão e a falta de consciência pública. Ainda assim, onde estão debates semelhantes sobre conceitos para analisar aqueles que perpetuam e se beneficiam do colonialismo?

A expressão "quase exclusivamente" foi usada anteriormente para ressaltar que uma pesquisadora e um conceito na lista acima - Voss e etnogênese - se destacam por seu envolvimento bem sustentado com o lado do colonizador. A pesquisa de Voss (2008a) sobre o colonialismo "espanhol" na Califórnia tem trabalhado arduamente para revelar que os próprios colonizadores raramente eram o grupo homogêneo que sua denominação sugere. Ela também demonstrou que um desses termos específicos, a etnogênese, pode ser usada não só para acentuar as experiências daqueles que não detêm o poder, para interpretar os processos e as políticas daqueles que ocupam esses espaços.

Isso não quer dizer que outros(as) arqueólogos(as) não tenham estudado o lado colonizador do colonialismo. O trabalho de Deagan (1983, 1998) em St. Augustine abriu caminho para que as pessoas da arqueologia histórica compreendessem a implantação, adaptação e desenvolvimento das identidades coloniais espanholas e dos modos de vida em La Florida e no Caribe. Curiosamente, ela enfatizou a transculturação e a mestiçagem - modelos interpretativos adequados e específicos ao contexto para a formação de identidades coloniais do Novo Mundo em núcleos multiétnicos, especialmente os que viriam a formar a base de muitas nações latino-americanas e suas cidadanias. Contudo, nenhum deles ofereceu modelos bem-sucedidos para a compreensão geral do colonizado, conforme evidenciado por sua relativa ausência na literatura desde 2000. A pesquisa de Trigg no Sudoeste Americano espanhol durante a época colonial também

avançou nossa compreensão sobre os colonizadores, ao se concentrar nas relações econômicas, na mestiçagem, e em uma espécie de inversão metodológica, no que diz respeito a observar as relações entre colonos e nativos para entender os colonos, e não o contrário (TRIGG, 2004, 2005). Enquanto isso, outros pesquisadores mantiveram a criouliização para se referir a um processo específico, muitas vezes denominado como tal na época, que marcou certas mudanças culturais e étnicas entre colonizadores que tiveram filhos(as) com indígenas e, como resultado, negociaram novos papéis e classes sociais (CROWELL, 2011; DEAGAN, 1983).

No entanto, nenhum dos outros termos e conceitos resumidos acima deu muita corda para o colonizador. Algumas dessas não-aplicações e limitações são apropriadas, uma vez que muitos dos conceitos realmente se aplicam apenas àqueles em lados determinados de uma relação colonial. Aplicar essas ideias universalmente desinflaria o que se tornou um entendimento robusto da agência indígena e subalterna, da autonomia, da luta e da persistência. Por exemplo, a aplicação do hibridismo de Bhabha, da persistência ou (pior ainda) da “sobresistência” de Vizenor aos que estão no poder colonial prejudicaria a clareza interpretativa e alguns projetos políticos bastante importantes. Mesmo assim, é importante se perguntar sobre os modelos que se desviaram de algumas de suas âncoras representativas e políticas, como as versões neutras criticadas anteriormente. Por que alguns modelos de hibridismo – especificamente os que não são extraídos da teoria pós-colonial – ou os emaranhamentos não funcionam para os colonizadores? Um problema-chave é que não averiguamos cuidadosamente o motivo pelo qual os povos indígenas/subalternos/colonizados precisam de uma teoria “especial” para isolá-los ou elevá-los, enquanto os colonizadores parecem precisar de pouca teoria, já que constituem o padrão em uma teoria social neutralizada e divorciada de seus contextos coloniais.

Nessa linha, resta muito por fazer para garantir que o colonialismo inclua o estudo dos colonizadores. Sem pretensões de defender um equilíbrio entre as interpretações dos diversos “lados” quando sabemos que ainda é necessária mais atenção para compensar séculos de privilégio europeu e branco, recomenda-se que arqueólogos(as) históricos(as) que trabalham na maior parte do mundo - independentemente da população - possam garantir que o colonialismo esteja em seu radar analítico. Poucos têm explorado a ideia de “projetos coloniais”, defendida por Thomas (1994), as considerações de Stahl (2014) sobre pontos de vista, a ênfase na institucionalidade e governamentalidade que conectam os sujeitos à regra colonial e àqueles que a praticam (RICHARD, 2012), ou o tipo inovador de coprodução comunitária e de paisagens defendido por Wernke (2013). Em linhas similares, poucos deram a devida atenção ao argumento de Johnson (2006), de que precisamos prestar tanta atenção ao colonialismo nas metrópoles de onde se origina, quanto às fronteiras. O colonialismo não é apenas algo que acontece com as pessoas nas fronteiras, do mesmo modo que sua materialidade, seus povos, legados e os resultantes privilégios estruturais não são sem consequências.

COLONIALISMO EM PERSPECTIVA COMPARADA

Uma última questão a se considerar é a tendência crescente do colonialismo comparativo (CIPOLLA; HAYES, 2015; GIVEN, 2004; GOSDEN, 2004; HORNING, 2007, 2015; LIGHTFOOT, 2012; LIGHTFOOT *et al.*, 2013; STEIN, 2005). Como o(s) colonialismo(s) da arqueologia histórica se compara(m) aos colonialismos e imperialismos mais antigos e mais localizados do Mediterrâneo, do Vale do México, dos Andes e de outros lugares? Devemos estudar esses casos com os mesmos termos e pontos de referência, ou eles precisam de entendimentos mais específicos histórica e contextualmente? Qual é a relação entre imperialismo e colonialismo para o Colonialismo na arqueologia e para a arqueologia de forma mais ampla¹? O desenvolvimento dos estudos coloniais comparativos tem sido acompanhado por uma ênfase crescente nas histórias indígenas de longo prazo (OLAND *et al.*, 2012; SCHEIBER; MITCHELL, 2010; SCHMIDT; MROZOWSKI, 2014).

Como expressado em outras publicações (SILLIMAN, 2015a), ainda existe uma tensão entre esses dois modos de colonialismo comparativo e histórias indígenas de longo prazo, apesar da sobreposição de muitos tópicos e, inclusive, de arqueólogos entre si. Em contraste com a análise lateral dos estudos comparativos, que veem o colonialismo como elemento crítico compartilhado entre localidades geográficas, culturais e históricas, as abordagens sobre a história indígena de longo prazo produzem pesquisas especialmente longitudinais e diacrônicas, que foram projetadas para elucidar trajetórias em vez de modelos. A resolução ou integração ideal ainda não foi concretizada no equilíbrio das questões teóricas e políticas em jogo. As pessoas da arqueologia histórica trabalharão sobre isso nos próximos anos.

CONCLUSÕES

As arqueologias históricas do colonialismo têm se transformado notavelmente desde o alvorecer do novo milênio. O ritmo das introduções conceituais aumentou, assim como os debates terminológicos correspondentes que as acompanham. Isso tem produzido uma ambiguidade desafiadora na pesquisa e interpretação, ao mesmo tempo que supre a complexidade do passado e nossos esforços para representá-la adequadamente no presente. É certo que alguns arqueólogos históricos – especialmente os estudantes – encontram a quantidade de termos inquietante, o que pode levar alguns a evitá-los completamente e adotar uma postura supostamente “ateórica” e baseada no senso comum em suas pesquisas, ou pode colocá-los em uma corda bamba na qual muitos termos são agora proibidos. No entanto, essa situação não deve ser incapacitante. A realidade é que arqueólogos(as) históricos(as) só precisam ser claros no que estão dizendo e por quê; e isso deve ser compartilhado tanto pelos arqueólogos mais científicos como os mais humanistas.

Mesmo nessa extensa revisão das arqueologias históricas do colonialismo, foi preciso deixar de fora outros termos e conceitos que merecem atenção e cuidado em seu uso. Por exemplo,

1 Ver a consideração sobre imperialismo indígena no Sudoeste Americano de Montgomery (2019).

cada vez mais arqueólogos(as) históricos(as) - especialmente nos estudos da Diáspora Africana - estão se baseando nos preceitos da interseccionalidade para estudar experiências e identidades vividas no passado. Essa perspectiva reconhece que os temas e subjetividades não são compostos apenas por um vetor social, antes de mais nada, mas por várias esferas que incluem simultaneamente gênero, raça, classe, sexualidade, entre outros (VOSS; CASELLA, 2012). Esse tipo de perspectiva será exigido de muitas pessoas da arqueologia histórica que trabalham sobre colonialismo.

Além disso, embora o colonialismo “assombre” (*sensu* ORSER, 1996) muitos dos tópicos aqui abordados e tenha provocado significantes impactos econômicos, sociais e ambientais em todo o mundo, o problema não foi abordado neste estudo. O capitalismo é um conceito complexo que merece atenção cuidadosa, sendo tratado em alguns capítulos da obra *The Routledge Handbook of Global Historical Archaeology* (ORSER *et al.*, 2020), bem como por Croucher & Weiss (2011b) e Johnson (1996). No presente trabalho, buscou-se expressar simplesmente que as relações entre o colonialismo e o capitalismo ainda estão por se debater, enquanto os arqueólogos históricos tentam compreender o escopo espacial e temporal de ambos, sua constituição mútua ou seus momentos de interseção e expansão, bem como suas tendências de totalizar narrativas (CROUCHER; WEISS, 2011a; HORNING, 2015; PEZZAROSSO, 2015). Porque o capitalismo - especialmente em suas manifestações posteriores - é uma característica fundamental dos últimos 500 anos do colonialismo global, e continuará chamando atenção para as formas como esse fator distingue o colonialismo do foco da arqueologia histórica em outras formações imperiais.

Finalmente, o sucesso futuro das arqueologias históricas do colonialismo será certamente julgado pela forma como se engajam, escutam e incorporam as vozes e a participação daqueles que estiveram do outro lado do colonialismo. A maioria dos(as) arqueólogos(as) citados acima já estão fazendo exatamente isso. Independentemente da denominação de preferência, essas arqueologias indígenas, comunitárias, colaborativas, públicas e/ou críticas permanecerão cruciais. Elas não só escancaram categorias abertas e iluminam antigos problemas, mas também têm o potencial de transformar alguns entendimentos ontológicos da materialidade, experiência e história dentro ou fora do contexto do colonialismo. As pessoas da arqueologia histórica terão de continuar a expandir a diversidade de suas fileiras, bem como incluir estudiosos(as) e vozes negras e, sobretudo, indígenas que possam se juntar às pesquisas, às reflexões teóricas e posicionamentos críticos ao colonialismo.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Rani T. Afterword: Toward an Archaeological Theory of Culture Contact. In: *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology*. CUSICK, James G. (ed.). Carbondale: Center for Archaeological Investigations, Southern Illinois University. 1998, p. 476–495.
- ATALAY, Sonya. No Sense of the Struggle: Creating a Context for Survivance at the NMAI. *American Indian Quarterly*, v. 30, n. 3–4, p. 597–618, 2006.
- BATTLE-BAPTISTE, Whitney. An Archaeologist Finds Her Voice: A Commentary on Colonial and Postcolonial Identities. IN: *Handbook of Postcolonial Archaeology*. LYDON, Jane; RIZVI, Uzma Z (eds). London: Taylor & Francis, 2010, p. 387–391.
- BATTLE-BAPTISTE, Whitney. *Black Feminist Archaeology*. London: Routledge, 2011.
- BEAUDOIN, Matthew A. A Hybrid Identity in a Pluralistic Nineteenth-Century Colonial Context. *Historical Archaeology*, v. 47, n. 2, p. 45–63, 2013.
- BEAUDOIN, Matthew A. 2014. The Process of Hybridization among the Labrador Métis. In: *Rethinking Colonial Pasts Through Archaeology*. In: FERRIS, Neal; HARRISON, Rodney; WILCOX, Michael (eds). Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 103–120.
- BHABHA, Homi. Signs Taken for Wonders: Questions of Ambivalence and Authority under a Tree Outside Delhi, May 1817. *Critical Inquiry*, v. 12, p. 144–165, 1985.
- BYRD, Jodi A. Still Waiting for the ‘Post’ to Arrive: Elizabeth Cook-Lynn and the Imponderables of American Indian Postcoloniality. *Wicazo Sa Review* Spring, p. 75–89, 2016.
- CARD, Jeb J. Italianate Pipil Potters: Mesoamerican Transformation of Renaissance Material Culture in Early Spanish Colonial San Salvador. In: CARD, Jeb J. (ed.). *The Archaeology of Hybrid Material Culture*. Center for Archaeological Investigations, Occasional Paper No. 39. Carbondale: Southern Illinois University, 2013a, p. 100–130.
- CARD, Jeb J., (ed.) *The Archaeology of Hybrid Material Culture*. Center for Archaeological Investigations, Occasional Paper No. 39. Carbondale: Southern Illinois University, 2013b.
- CIPOLLA, Craig N. Peopling the Place, Placing the People: An Archaeology of Brothertown Discourse. *Ethnohistory*, v. 59, n. 1, p. 51–78, 2012a.
- CIPOLLA, Craig N. Textual Artifacts, Artifactual Texts: An Historical Archaeology of Brothertown Writing. *Historical Archaeology*, v. 46, n. 2, p. 91–109, 2012b.
- CIPOLLA, Craig N. *Becoming Brothertown: Native American Ethnogenesis and Endurance in the Modern World*. Tucson: University of Arizona Press, 2013a.
- CIPOLLA, Craig N. (ed.) *Foreign Objects: Rethinking Indigenous Consumption in American Archaeology*. Tucson: University of Arizona Press, 2013b.
- CIPOLLA, Craig N.; HAYES, Katherine H. (eds.). *Rethinking Colonialism: Comparative Archaeological Approaches*. Gainesville: University Press of Florida, 2015.
- COLWELL, Chip; MONTGOMERY, Lindsay. *Objects of Survivance: A Material History of the American Indian School Experience*. Boulder, CO: University Press of Colorado, 2019.
- CROUCHER, Sarah K.; WEISS, Lindsay. The Archaeology of Capitalism in Colonial Contexts, an In-

roduction: Provincializing Historical Archaeology. In: CROUCHER, Sarah K.; WEISS, Lindsay (eds.). *The Archaeology of Capitalism in Colonial Contexts*. Nova York: Springer, 2011a, p. 1–37.

CROUCHER, Sarah K.; WEISS, Lindsay (eds.). *The Archaeology of Capitalism in Colonial Contexts*. Nova York: Springer, 2011b.

CROWELL, Aron L. Ethnicity and Periphery: The Archaeology of Identity in Russian America. In: CROUCHER, Sarah K.; WEISS, Lindsay (eds.). Nova York: Springer, 2011, p. 85–104.

CUSICK, James G. Historiography of Acculturation: An Evaluation of Concepts and Their Application in Archaeology. In: CUSICK, James G. (ed.). *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change and Archaeology*. Center for Archaeological Investigations. Carbondale: Southern Illinois University, 1998a, p. 23–43.

CUSICK, James G. (ed.). *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology*. Center for Archaeological Investigations. Carbondale: Southern Illinois University, 1998b.

CUSICK, James G. Creolization and the Borderlands. *Historical Archaeology*, v. 34, n. 3, p. 46–55, 2000.

DAWDY, Shannon Lee. Understanding Cultural Change Through the Vernacular: Creolization in Louisiana. *Historical Archaeology*, v. 34, n. 3, p. 107–123, 2000.

DEAGAN, Kathleen. *Spanish St. Augustine: The Archaeology of a Colonial Creole Community*. Nova York: Academic Press, 1983.

DEAGAN, Kathleen. Transculturation and Spanish American Ethnogenesis: The Archaeological Legacy of the Quincentenary. In: CUSICK, James G. (ed.). *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology*. Carbondale: Center for Archaeological Investigations, Southern Illinois University, 1998, p. 23–43.

DEAGAN, Kathleen. Colonial Origins and Colonial Transformations in Spanish America. *Historical Archaeology*, v. 37, n. 4, p. 3–13, 2003.

DIETLER, Michael. Consumption, Agency, and Cultural Entanglement: Theoretical Implications of a Mediterranean Colonial Encounter. In: CUSICK, James G. (ed.). *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology*. Carbondale: Center for Archaeological Investigations, Southern Illinois University, 1998, p. 288–315.

DIETLER, Michael. *Archaeologies of Colonialism: Consumption, Entanglement, and Violence in Ancient Mediterranean France*. Berkeley, CA: University of California Press, 2010.

EWEN, Charles R. From Colonist to Creole: Archaeological Patterns of Spanish Colonization in the New World. *Historical Archaeology*, v. 34, n. 3, p. 36–45, 2000.

FERGUSON, Leland G. *Uncommon Ground: Archaeology and Early African America, 1650–1800*. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1992.

FERRIS, Neal. *The Archaeology of Native-Lived Colonialism: Challenging History in the Great Lakes*. Tucson: University of Arizona Press, 2009.

FORDE, Jamie E. Volcanic Glass and Iron Nails: Networks of Exchange and Material Entanglements at Late Prehispanic and Early Colonial Achiutla, Oaxaca, Mexico. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 21, p. 485–511, 2016.

- FUNARI, Pedro Paulo A. Conquistadors, Plantations, and *Quilombo*: Latin America in Historical Archaeological Context. In: HALL, Martin; SILLIMAN, Stephen W. (eds). *Historical Archaeology*. Malden-London: Blackwell, 2006, p. 209–229.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; SENATORE, Maria Ximena (eds). *Archaeology of Culture Contact and Colonialism in Spanish and Portuguese America*. Nova York: Springer, 2015.
- GIVEN, Michael. *The Archaeology of the Colonized*. London: Routledge, 2004.
- GONZALEZ, Sara L.; KRETZLER, Ian; EDWARDS, Briece. Imagining Indigenous and Archaeological Futures: Building Capacity with the Confederated Tribes of Grand Ronde. *Archaeologies*, v. 14, n. 1, p. 85–114, 2018.
- GOSDEN, Chris. *Archaeology and Colonialism: Cultural Contact from 5000 BC to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- HABER, Alejandro. Decolonizing Archaeological Thought in South America. *Annual Review of Anthropology*, v. 45, p. 469–485, 2016.
- HALL, Martin. *Archaeology and the Modern World: Colonial Transcripts in South Africa and the Chesapeake*. London: Routledge Press, 2000.
- HANDSMAN, Russell. Race-Based Differences and Historical Archaeologies in Indian New England. In: MATTHEWS, Christopher N.; MCGOVERN, Allison Manfra (eds). *The Archaeology of Race in the Northeast*. Gainesville: University Press of Florida, 2015, p. 232–251.
- HANDSMAN, Russell G. Survivance Strategies and the Materialities of Mashantucket Pequot Labor in the Later Eighteenth Century. *Historical Archaeology*, v. 52, p. 51–69, 2018.
- HARRISON, Rodney. Australia's Iron Age: Aboriginal Post-Contact Metal Artefacts from Old Lamboo Station, Southeast Kimberley, WA. *Australasian Historical Archaeology*, v. 20, p. 67–76, 2002.
- HARRISON, Rodney. *Shared Landscapes: Archaeologies of Attachment and the Pastoral Industry in New South Wales*. Sidney: University of New South Wales Press, 2004.
- HARRISON-Buck, Eleanor; MORIARTY, Ellen Spensley; MCANANY, Patricia A. Classic Maya Ceramic Hybridity in the Sibun Valley of Belize. In: CARD, Jeb J. (ed.). *The Archaeology of Hybrid Material Culture*. Center for Archaeological Investigations, Occasional Paper No. 39. Carbondale: Southern Illinois University, 2013, p. 185–207.
- HAYES, Katherine. *Slavery Before Race: Europeans, Africans and Indians at Long Island's Sylvester Manor Plantation, 1651-1884*. Nova York: New York University Press, 2013.
- HILL, Jonathan D. (ed.) *History, Power, e Identity: Ethnogenesis in the Americas, 1492–1992*. Iowa: University of Iowa Press, 1996.
- HILL, Jonathan D. Long-Term Patterns of Ethnogenesis in Indigenous Amazonia. In: CARD, Jeb J. (ed.). *The Archaeology of Hybrid Material Culture*. Occasional Paper No. 39. Carbondale: Center for Archaeological Investigations, Southern Illinois University, 2013, p. 165–206.
- HODDER, Ian. *Entangled: An Archaeology of the Relationships Between Humans and Things*. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2012.
- HORNING, Audrey. Cultures of Contact, Cultures in Conflict? Identity Construction, Colonialist Discourse, and the Ethics of Archaeological Practice in Northern Ireland. *Stanford Journal of*

Archaeology, v. 5, p. 107–133, 2007.

- HORNING, Audrey. Clothing and Colonialism: The Dungiven Costume and the Fashioning of Early Modern Identities. *Journal of Social Archaeology*, v. 14, n. 3, p. 296–318, 2014.
- HORNING, Audrey. Comparative Colonialism: Scales of Analysis and Contemporary Resonances. In: CIPOLLA, Craig N.; HAYES, Katherine H. (eds.). *Rethinking Colonialism: Comparative Archaeological Approaches*. Gainesville: University Press of Florida, 2015, p. 234–246.
- HU, Di. Approaches to the Archaeology of Ethnogenesis: Past and Emergent Perspectives. *Journal of Archaeological Research*, v. 21, p. 371–402, 2013.
- JOHNSON, Matthew. *An Archaeology of Capitalism*. Oxford: Wiley-Blackwell, 1996.
- JOHNSON, Matthew. The Tide Reversed: Prospects and Potentials for a Postcolonial Archaeology of Europe. In: HALL, Martin; SILLIMAN, Stephen W. (eds). *Historical Archaeology*. Oxford: Blackwell, 2006, p. 313–331.
- JORDAN, Kurt A. Colonies, Colonialism, and Cultural Entanglement: The Archaeology of Post-Columbian Intercultural Relations. In: MAJEWSKI, Teresita; GAIMSTER, David (eds). *International Handbook of Historical Archaeology*, Nova York: Springer, 2009, p. 31–59
- JORDAN, Kurt A. Not just ‘One Site Against the World’: Seneca Iroquois Intercommunity Connections and Autonomy, 1550–1779. In: SCHEIBER, Laura L.; D. MITCHELL, Mark (eds). *Across a Great Divide: Continuity and Change in Native North American Societies 1400–1900*. Tucson: University of Arizona Press, 2010, p. 79–106.
- JORDAN, Kurt A. Pruning Colonialism: Vantage Point, Local Political Economy, and Cultural Entanglement in the Archaeology of Post-1415 Indigenous Peoples. In: FERRIS, Neal; HARRISON, Rodney; WILCOX, Michael (eds). *Rethinking Colonial Pasts Through Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 103–120.
- KRAUTHAMER, Barbara. *Black Slaves, Indian Masters: Slavery, Emancipation, and Citizenship in the Native American South*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2013.
- KULSTAD-GONZÁLEZ, Pauline Martha. Striking It Rich in the Americas’ First Boom Town: Economic Activity at Concepción de la Vega (Hispaniola) 1495–1564. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; SENATORE, Maria Ximena (eds). *Archaeology of Culture Contact and Colonialism in Spanish and Portuguese America*. Nova York: Springer, 2015, p. 313–337.
- LAW PEZZAROSSO, Heather. Assembling Indigeneity: Rethinking Innovation, Tradition and Indigenous Materiality in a 19th-Century Native Toolkit. *Journal of Social Archaeology*, v. 14, n. 3, p. 340–360, 2014.
- LAW PEZZAROSSO, Heather; SHEPTAK, Russell N. (eds). *Indigenous Persistence in the Colonized Americas: Material and Documentary Perspectives on Entanglement*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2019.
- LIEBMANN, Matthew. Postcolonial Cultural Affiliation: Essentialism, Hybridity, and NAGPRA. In: LIEBMANN, Matthew; RIZVI, Uzma Z. (eds). *Archaeology and the Postcolonial Critique*. Walnut Creek: AltaMira Press, 2008, 73–90.
- LIEBMANN, Matthew. The Best of Times, the Worst of Times: Pueblo Resistance and Accommodation during the Spanish *Reconquista* of New Mexico. In: LIEBMANN, Matthew; MURPHY, Melissa (eds). *Enduring Conquests: Rethinking the Archaeology of Resistance to Spanish Co-*

- lonialism in the Americas*. Santa Fe: School for Advanced Research Press, 2010, p. 199–221.
- LIEBMANN, Matthew. *Revolt: An Archaeological History of Pueblo Resistance and Revitalization in Seventeenth Century New Mexico*. Tucson: University of Arizona Press, 2012.
- LIEBMANN, Matthew. The Mickey Mouse Kachina e Other ‘Double Objects’: Hybridity in the Material Culture of Colonial Encounters. *Journal of Social Archaeology*, v. 15, n. 3, p. 319–341, 2015.
- LIEBMANN, Matthew; MURPHY, Melissa S. (eds). *Enduring Conquests: Rethinking the Archaeology of Resistance to Spanish Colonialism in the Americas*. Santa Fe: School for Advanced Research Press, 2010.
- LIEBMANN, Matthew e RIZVI, Uzma (eds). 2008. *Archaeology and the Postcolonial Critique*. Walnut Creek: AltaMira Press.
- LIGHTFOOT, Kent G. Culture Contact Studies: Redefining the Relationship between Prehistoric and Historical Archaeology. *American Antiquity*, v. 60, p. 199–217, 1995.
- LIGHTFOOT, Kent G. *Indians, Missionaries, and Merchants: The Legacy of Colonial Encounters on the California Frontiers*. Berkeley: University of California Press, 2004.
- LIGHTFOOT, Kent G. Lost in Transition: A Retrospective. In: M. HART, Siobhan; OLAND, Maxine; FRINK, Liam (eds). *Decolonizing Indigenous Histories: Exploring “Prehistoric/Colonial” Transitions in Archaeology*. Tucson: University of Arizona Press, 2012, p. 282–298.
- LIGHTFOOT, Kent G.; GONZALEZ, Sara. The Study of Sustained Colonialism: An Example from the Kashaya Pomo Homeland in Northern California. *American Antiquity*, v. 83, n. 3, p. 427–443, 2018.
- LIGHTFOOT, Kent G.; MARTINEZ, Antoinette. Frontiers and Boundaries in Archaeological Perspective. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p. 471–92, 1995.
- LIGHTFOOT, Kent G.; MARTINEZ, Antoinette; SCHIFF, Ann M. Daily Practice and Material Culture in Pluralistic Social Settings: An Archaeological Study of Culture Change and Persistence from Fort Ross, California. *American Antiquity*, v. 63, p. 199–222, 1998.
- LIGHTFOOT, Kent G.; PANICH, Lee M.; SCHNEIDER, Tsim D.; GONZALEZ, Sara L.; RUSSELL, Matthew A.; MODZELEWSKI, Darrell; MOLINO, Theresa; BLAIR, Elliot H. The Study of Indigenous Political Economies and Colonialism in Native California: Implications for Contemporary Tribal Groups and Federal Recognition. *American Antiquity*, v. 78, n. 1, p. 89–104, 2013.
- LOREN, Diana D. *In Contact: Bodies and Spaces in the Sixteenth- and Seventeenth-Century Eastern Woodlands*. Lanham: Rowan & Littlefield, 2008.
- LOREN, Diana D. Creolization in the French and Spanish Colonies. In: PAUKETAT, Timothy R.; LOREN, Diana D. (eds.). *North American Archaeology*. London: Blackwell Publishing, 2004, p. 297–318.
- LOREN, Diana D. Considering Mimicry and Hybridity in Early Colonial New England: Health, Sin and
- LOREN, Diana D. Seeing Hybridity in the Anthropology Museum: Practices of Longing and Fetishization. *Journal of Social Archaeology*, v. 15, n. 3, p. 299–318, 2015.
- LYDON, Jane e RIZVI, Uzma Z. (eds). *Handbook of Postcolonial Archaeology*. London: Taylor &

Francis, 2010.

- LYONS, Claire L.; PAPADOPOULOS, John K. (eds). *The Archaeology of Colonialism*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2002
- MANCINI, Jason. 'In Contempt and Oblivion': Censuses, Ethnogeography, and Hidden Indian Histories in Eighteenth-Century Southern New England. *Ethnohistory*, v. 62, n. 1, p. 61–94, 2015.
- MARTINDALE, Andrew. Entanglement and Tinkering: Structural History in the Archaeology of the Northern Tsimshian. *Journal of Social Archaeology*, v. 9, n. 1, p. 59–91, 2009.
- MATTHEWS, Christopher N.; MCGOVERN, Allison M. (eds). *The Archaeology of Race in the Northeast*. Gainesville: University Press of Florida, 2015.
- MCANANY, Patricia A.; BROWN, Linda A. Perceptions of the Past with Tz'utujil Ontologies and Yucatec Hybridities. *Antiquity*, v. 90, n. 350, p. 487–503, 2016.
- MONTGOMERY, Lindsay M. Nomadic Economics: The Logic and Logistics of Comanche Imperialism in New Mexico. *Journal of Social Archaeology*, v. 19, n. 3, p. 333–355, 2019.
- MONTÓN-SUBÍAS, Sandra; BERROCAL, e María C. (eds). *Archaeologies of Early Modern Spanish Colonialism*. Nova York: Springer, 2016.
- MOUSSETTE, Marcel. 2003. A Encounter in the Baroque Age: French and Amerindians in North America. *Historical Archaeology*, v. 37, n. 4, p. 29–39, 2003.
- MROZOWSKI, Stephen; HERBSTER, Holly; BROWN, David; PRIDDY, Katherine L. Magunkaquoq Materiality, Federal Recognition, and the Search for a Deeper History. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 13, n. 4, p. 430–463, 2009.
- MROZOWSKI, Stephen A. Creole Materialities: Archaeological Explorations of Hybridized Realities on a North American Plantation. *Journal of Historical Sociology*, v. 23, n. 1, p. 16–39, 2010.
- MROZOWSKI, Stephen A.; RAE GOULD, D.; PEZZAROSSO, Heather L. Rethinking Colonialism: Indigenous Innovation and Colonial Inevitability. In: CIPOLLA, Craig N.; HAYES, Katherine H. (eds.). *Rethinking Colonialism: Comparative Archaeological Approaches*. Gainesville: University Press of Florida, 2015, p. 121–142.
- MULLINS, Paul; PAYNTER, Robert. Representing Colonizers: An Archaeology of Creolization, Ethnogenesis, and Indigenous Material Culture among the Haida. *Historical Archaeology*, v. 34, n. 3, p. 73–84, 2000.
- MURRAY, Tim (ed.) 2004. *The Archaeology of Contact in Settler Societies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NAYLOR, Celia E. *African Cherokees in Indian Territory: From Chattel to Citizens*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2008.
- OLAND, Maxine; HART, Siobhan M.; FRINK, Liam (eds.). *Decolonizing Indigenous Histories: Exploring Prehistoric/Colonial Transitions in Archaeology*. Tucson: University of Arizona Press. 2012.
- ORSER, Charles E., Jr. 1996. *A Historical Archaeology of the Modern World*. Nova York: Plenum Press.
- ORSER, Charles E., Jr. Twenty-First-Century Historical Archaeology. *Journal of Archaeological Research*, v. 18, p. 111–50, 2010.

- PALMIÉ, Stephan. Creolization and Its Discontents. *Annual Review of Anthropology*, v. 35, p. 433–56, 2006.
- PANICH, Lee M. Archaeologies of Persistence: Reconsidering the Legacies of Colonialism in Native North America. *American Antiquity*, v. 78, n. 1, p. 105–22, 2013.
- PANICH, Lee M.; SCHNEIDER, Tsim D. (eds.). *Indigenous Landscapes and Spanish Missions: New Perspectives from Archaeology and Ethnohistory*. Tucson: University of Arizona Press, 2014.
- PAPPA, Eleftheria. Postcolonial Baggage at the End of the Road: How to Put the Genie Back into Its Bottle and Where to Go from There. *Archaeological Review from Cambridge*, v. 28, n. 1, p. 29–50, 2013.
- PAYNTER, Robert; MCGUIRE, Randall H. Archaeology of Inequality: Material Culture, Domination, and Resistance. In: MCGUIRE, Randall H.; PAYNTER, Robert. (eds). *Archaeology of Inequality*. Oxford: Basil Blackwell, 1991, p. 1–27.
- PEZZAROSSO, Guido. Camouflaging Consumption and Colonial Mimicry: The Materiality of an Eighteenth and Nineteenth-Century Nipmuc Household. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 18, n. 1, p. 146–74, 2014.
- PEZZAROSSO, Guido. Tribute, Antimarkets, and Consumption: An Archaeology of Capitalist Effects in Colonial Guatemala. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; SENATORE, Maria Ximena (eds.). *Archaeology of Culture Contact and Colonialism in Spanish and Portuguese America*. Nova York: Springer, 2015, p. 79–102.
- PEZZAROSSO, Guido. From Cacao to Sugar: Long-Term Maya Economic Entanglement in Colonial Guatemala. In: PEZZAROSSO, Heather L.; SHEPTAK, Russell N. (eds.). *Indigenous Persistence in the Colonized Americas: Material and Documentary Perspectives on Entanglement*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2019, p. 57–76.
- RICHARD, François G. Hesitant Geographies of Power: The Materiality of Colonial Rule in the Siin (Senegal, 1850–1960). *Journal of Social Archaeology*, v. 13, n. 1, p. 54–79, 2012.
- RICHARD, François G. Thinking through ‘Vernacular Cosmopolitanisms’: Historical Archaeology in Senegal and the Material Contours of the African Atlantic. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 17, p. 40–71, 2014.
- RODRÍGUEZ-ALEGRÍA, Enrique; SCARAMELLI, Franz; NAVAS MÉNDEZ, Ana. Technological Transformations: Adaptationist, Relativist, and Economic Models in Mexico and Venezuela. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; SENATORE, Maria Ximena (eds.). *Archaeology of Culture Contact and Colonialism in Spanish and Portuguese America*. Nova York: Springer, 2015, p. 53–77.
- RUBERTONE, Patricia E. The Historical Archaeology of Native Americans. *Annual Review of Anthropology*, v. 29, p. 452–46, 2000.
- SALLUM, Marianne; NOELLI, Francisco S. An Archaeology of Colonialism and the Persistence of Women Potters’ Practices in Brazil: From Tupiniquim to Paulistaware. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 24, n. 3, p. 546–570, 2020.
- SAYERS, Daniel O. *A Desolate Place for a Defiant People: The Archeology of Maroons, Indigenous Americans, and Enslaved Laborers in the Great Dismal Swamp*. Gainesville: University Press of Florida, 2014.
- SCHEIBER, Laura L.; MITCHELL, Mark D. (eds.). 2010. *Across a Great Divide: Continuity and Change*

in Native North American Societies, 1400-1900. Amerind Studies in Archaeology. Tucson: University of Arizona Press.

SCHMIDT, Peter; MROZOWSKI, Stephen A. (eds.). 2014. *The Death of Prehistory*. Oxford: Oxford University Press.

SCHNEIDER, Tsim. 2016. Placing Refuge and the Archaeology of Indigenous Hinterlands in Colonial California. *American Antiquity*, v. 80, n. 4, p. 695–713.

SCHRIRE, Carmel. 1995. *Digging Through Darkness: Chronicles of an Archaeologist*. Charlottesville, VA: University of Virginia Press.

SHEPTAK, Russell N., JOYCE, Rosemary A.; BLAISDELL-SLOAN, Kira. Pragmatic Choices, Colonial Lives: Resistance, Ambivalence, and Appropriation in Northern Honduras. In: LIEBMANN, Matthew; MURPHY, Melissa (eds). *Enduring Conquests: Rethinking the Archaeology of Resistance to Spanish Colonialism in the Americas*. Santa Fe: School for Advanced Research Press, 2010, p. 149–172.

SHEPTAK, Russell N. Moving Masca: Persistent Indigenous Communities in Spanish Colonial Honduras. In: PEZZAROSSO, Heather L.; SHEPTAK, Russell N. (eds.). *Indigenous Persistence in the Colonized Americas: Material and Documentary Perspectives on Entanglement*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2019, p. 19–38.

SILLIMAN, Stephen W. *Lost Laborers in Colonial California: Native Americans and the Archaeology of Rancho Petaluma*. Tucson: University of Arizona Press, 2004.

SILLIMAN, Stephen W. Culture Contact or Colonialism? Challenges in the Archaeology of Native North America. *American Antiquity*, v. 70, n. 1, p. 55–74, 2005.

SILLIMAN, Stephen W. 2006. Struggling with Labor, Working on Identities. in: *Historical Archaeology* (eds.). HALL, Martin e SILLIMAN, Stephen W., 147–166. Malden, MA e London: Blackwell Publishing.

SILLIMAN, Stephen W. 2009. Change and Continuity, Practice and Memory: Native American Persistence in Colonial New England. *American Antiquity*, v. 74, n. 2, p. 211–230.

SILLIMAN, Stephen W. 2010. Indigenous Traces in Colonial Spaces: Archaeologies of Ambiguity, Origins, and Practice. *Journal of Social Archaeology*, v. 10, n. 1, p. 28–58.

SILLIMAN, Stephen W. Archaeologies of Survivance and Residence: Reflections on the Historical Archaeology of Indigenous People. In: In: FERRIS, Neal; HARRISON, Rodney; WILCOX, Michael (eds). *Rethinking Colonial Pasts through Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 57–75.

SILLIMAN, Stephen W. Comparative Colonialism and Indigenous Archaeology: Exploring the Intersections. CIPOLLA, Craig N.; HAYES, Katherine H. (eds.). *Rethinking Colonialism: Comparative Archaeological Approaches*. Gainesville: University Press of Florida, 2015a, p. 213–233.

SILLIMAN, Stephen W. A Requiem for Hybridity? The Problem with Frankensteins, Purées, and Mules. *Journal of Social Archaeology*, v. 15, n. 3, p. 277–298, 2015b.

SILLIMAN, Stephen W. Disentangling the Archaeology of Colonialism and Indigeneity. In: FERNANDEZ, Francesca; DER, Lindsay (eds.). *The Archaeology of Entanglement*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2016, p. 31–48.

SILVA, Fabíola A. NOELLI, Francisco S. Mobility and Territorial Occupation of the Asurini do Xingu,

- Pará, Brazil: An Archaeology of the Recent Past in the Amazon. *Latin American Antiquity*, v. 26, n. 4, p. 493–511, 2015.
- STAHL, Ann B. Colonial Entanglements and the Practices of Taste: An Alternative to Logocentric Approaches. *American Anthropologist*, v. 104, n. 3, p. 827–845, 2002.
- STAHL, Ann B. Vantage Points in an Archaeology of Colonialism. In: FERRIS, Neal; HARRISON, Rodney; WILCOX, Michael (eds). Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 483–99.
- STEIN, Gil J. (ed.). *The Archaeology of Colonial Encounters: Comparative Perspectives*. Santa Fe: SAR Press, 2005.
- STOCKHAMMER, Philipp W. Conceptualizing Cultural Hybridization in Archaeology. In: STOCKHAMMER, Philipp W. (ed.). *Conceptualizing Cultural Hybridization: A Transdisciplinary Approach*. Nova York: Springer, 2012, p. 43–58.
- STOCKHAMMER, Philipp W. From Hybridity to Entanglement, from Essentialism to Practice. *Archaeological Review from Cambridge*, v. 28, n. 1, p. 11–28, 2013.
- STOJANOWSKI, Christopher M. The Bioarchaeology of Identity in Spanish Colonial Florida: Social and Evolutionary Transformation before, during, and after Demographic Collapse. *American Anthropologist*, v. 107, p. 417–431, 2005.
- STOJANOWSKI, Christopher M. *Bioarchaeology of Ethnogenesis in the Colonial Southeast*. Gainesville: University Press of Florida, 2010.
- TAYAC, Gabrielle (ed.) *IndiVisible: African-Native American Lives in the Americas*. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 2009.
- THOMAS, Nicholas. *Entangled Objects: Exchange, Material Culture, and Colonialism in the Pacific*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991.
- THOMAS, Nicholas. *Colonialism's Culture: Anthropology, Travel, and Government*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.
- TRIGG, Heather. Food Choice and Social Identity in Early Colonial New Mexico. *Journal of the Southwest*, v. 46, p. 223–252, 2004.
- TRIGG, Heather. *From Household to Empire: Society and Economy in Early Colonial New Mexico*. Tucson: University of Arizona Press, 2005.
- VAN DOMMELEN, Peter. Colonial Matters: Material Culture and Postcolonial Theory in Colonial Situations. In: Tilley, Christopher; KEANE, Webb; KÜCHLER, Susan; ROWLANDS, Michael; SPYER, Patricia (eds.). *Handbook of Material Culture*. London: Sage Publications, 2006, p. 104–123.
- VANVALKENBURGH, Parker. Hybridity, Creolization, Mestizaje: A Comment. *Archaeological Review from Cambridge*, v. 28, n. 1, p. 301–322, 2013.
- VANVALKENBURGH, Parker; KELLOWAY, Sarah J.; PRIVAT, Karen L.; SILLAR, Bill; QUILTER, Jeffrey. Rethinking Cultural Hybridity and Technology Transfer: SEM Microstructural Analysis of Lead Glazed Ceramics from Early Colonial Peru. *Journal of Archaeological Science*, v. 82, p. 17–30, 2017.
- VIZENOR, Gerald. *Fugitive Poses: Native American Indian Scenes of Absence and Presence*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1998.

- VIZENOR, Gerald. The Aesthetics of Survivance: Literary Theory and Practice. In: VIZENOR, Gerald (ed.). *Survivance: Narratives of Native Presence*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2008, p. 1–23.
- VOSS, Barbara L. From Casta to Californio: Social Identity and the Archaeology of Culture Contact. *American Anthropologist*, v. 107, n. 3, p. 461–474, 2005.
- VOSS, Barbara L. *The Archaeology of Ethnogenesis: Race and Sexuality in Colonial San Francisco*. Berkeley, CA: University of California Press, 2008a.
- VOSS, Barbara L. Gender, Race, and Labor in the Archaeology of the Spanish Colonial Americas. *Current Anthropology*, v. 49, n. 5, p. 861–893, 2008b.
- VOSS, Barbara L. What's New? Rethinking Ethnogenesis in the Archaeology of Colonialism. *American Antiquity*, v. 89, n. 4, p. 655–670, 2015.
- VOSS, Barbara L.; CASELLA, Eleanor C. (eds.). *The Archaeology of Colonialism: Intimate Encounters and Sexual Effects*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- WEIK, Terrence M. The Role of Ethnogenesis and Organization in the Development of African-Native American Settlements: An African Seminole Model. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 13, p. 206–238, 2009.
- WEIK, Terrence M. The Archaeology of Ethnogenesis. *Annual Review of Anthropology*, v. 43, p. 291–305, 2014.
- WEISMAN, Brent R. Nativism, Resistance, and Ethnogenesis of the Florida Seminole Indian Identity. *Historical Archaeology*, v. 41, n. 4, p. 198–212, 2007.
- WERNKE, Steven A. Negotiating Community and Landscape in the Peruvian Andes: A Trans-Conquest View. *American Anthropologist*, v. 109, n. 1, p. 130–152, 2007.
- WERNKE, Steven A. Convergences: Producing Early Colonial Hybridity at a doctrina in Highland Peru. In: LIEBMANN, Matthew; MURPHY, Melissa (eds). *Enduring Conquests: Rethinking the Archaeology of Resistance to Spanish Colonialism in the Americas*. Santa Fe: School for Advanced Research Press, 2010, p. 77–110.
- WERNKE, Steven A. *Negotiated Settlements: Andean Communities and Landscapes under Inka and Spanish Colonialism*. Gainesville: University Press of Florida, 2013.

Recebido em: 07/06/2022

Aprovado em: 13/06/2022

Publicado em: 30/06/2022